

Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2014

AValiação DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL SIGNIFICATIVA

Marlene Cruz Cividini¹
André Luís Onório Coneglian²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar concepções acerca da avaliação realizada com os alunos da educação básica, modalidade educação especial, sobretudo, com os alunos que apresentam deficiência intelectual acentuada, visando contribuir com o aperfeiçoamento da prática pedagógica desenvolvida com os mesmos. Para isso, é realizada a descrição das características desse grupo de alunos, suas possibilidades e limitações. Os estudos empreendidos para o desenvolvimento desse projeto baseiam-se nos pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa visando uma análise profunda sobre o aspecto da avaliação, de modo especial com esse alunado, por apresentarem limitações muito importantes em praticamente todas as áreas do desenvolvimento. Os resultados obtidos evidenciam que o processo oportunizou novas significações e novos sentidos para a prática avaliativa, construídos a partir de referenciais que caracterizam a avaliação com base em uma perspectiva mais abrangente, de natureza altamente dialógica e dialética, mediadora, transformadora, emancipadora, processual, diagnóstica, formativa, contínua, qualitativa, inclusiva, amorosa, propostos em obras de autores como Luckesi, Depresbíteris, Hoffmann, Vasconcellos, Paro, Grillo, Lima, dentre outros. Aborda a importância dos instrumentos e registros de avaliação como forma de identificação das possibilidades e limitações impostas aos alunos em função das suas condições, com vistas à adoção de novas medidas de mediação.

Palavras- chave: Avaliação. Deficiência Intelectual Significativa. Intervenções.

INTRODUÇÃO

Na escola de educação básica, na modalidade educação especial, há a necessidade de se buscar práticas educativas mais coerentes com seu contexto, com vistas a contribuir com o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com os alunos que apresentam deficiência intelectual significativa, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos professores, ao oferecer os apoios e as adaptações que estes alunos necessitam.

Conforme problematização levantada no início dos estudos, realizados, através do Programa de Desenvolvimento Educacional- PDE, os instrumentos e registros de avaliação utilizados não dão conta de identificar os dados necessários à busca de alternativas pedagógicas que possam atender as necessidades específicas de cada educando, perceber a singularidade de cada

¹ Professora da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. Graduada em Pedagogia com Pós- Graduação em Educação Especial e Educação do Campo.

² Orientador pela Universidade Estadual de Londrina- UEL. Doutor em Ciência da Informação - UNESP, Mestre em Ciência da Informação - UNESP. Graduado em Pedagogia com habilitação em Deficiência Auditiva - UNESP. Professor de LIBRAS, certificado pelo PROLIBRAS/MEC. Professor Universitário e Pós-graduação (Latu Sensu).

caso e atuar frente a eles promovendo ações e encaminhamentos que respondam às possibilidades e limitações impostas a tais alunos em função das suas condições.

Nessa perspectiva, além do papel fundamental de instrumentalizar o aluno com os conhecimentos científicos produzidos pela humanidade, a escola deve promover a inclusão do aluno com deficiência intelectual significativa na sociedade o máximo possível e favorecer o desenvolvimento de suas potencialidades, por meio de ações conjuntas na escola e com a família.

Tais deficiências consistem na associação de mais de uma incapacidade e/ou deficiência que, em si, comportam comprometimentos motores, sensoriais e intelectuais, interferindo, significativamente, nos resultados acadêmicos.

De acordo com o documento da “Organização Administrativa e Pedagógica das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial”, em função de suas especificidades, esses educandos requerem uma atenção diferenciada, individualizada, considerando seus rendimentos e defasagens idade/série, se comparados a outros da mesma idade, sobretudo no aspecto da escrita, leitura e cálculos (PARANÁ, 2014, p. 11).

Face ao exposto, entendemos a necessidade de considerar as características de cada um desses alunos, oportunizando condições efetivas de aprendizagem.

A partir desse contexto, é que se concebe fundamental a formação dos professores que trabalham com esse alunado, a partir da análise de situações vividas em seu cotidiano, de suas dúvidas e anseios, auxiliando-os na recondução das ações e na compreensão das mesmas sob uma nova perspectiva, uma vez que identificar as capacidades psicomotoras, comunicativas, de vida diária, social e conceitual dos respectivos educandos exigem diferentes formas e procedimentos de organização e conhecimento.

Enfrentamos, portanto, mais do que nunca, o desafio de nos adequarmos, urgentemente, a esse cenário.

Partindo do ponto de vista de que a avaliação constitui-se parte do processo de ensino e aprendizagem, sendo utilizada para identificar suas fragilidades e possibilidades, bem como meios para aperfeiçoá-lo, buscamos instrumentos de medida que a concebam como um elemento fortemente integrado ao próprio processo, como base para o desenvolvimento de

propostas que venham ao encontro das necessidades dos alunos com deficiência intelectual significativa.

Nessa perspectiva, este artigo procura responder ao seguinte questionamento: quais as estratégias de avaliação e sistematização de resultados a serem utilizadas pelos professores, as mais eficazes ao ajuste da resposta educativa às características e necessidades dos sujeitos com deficiência intelectual significativa?

Desse modo, o artigo mostra o resultado de um trabalho que teve como objetivo proporcionar um espaço de discussão sobre as concepções acerca da avaliação realizada com os respectivos alunos, como mais um meio à seleção e elaboração de estratégias de avaliação e sistematização de resultados que venham contribuir para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, com vistas ao desenvolvimento integral dos mesmos.

AVALIAÇÃO: UM PROCESSO DE REFLEXÃO

A pesquisa ora apresentada foi realizada a partir da fundamentação teórica contida nas obras de autores como Luckesi, Depresbíteris, Hoffmann, Vasconcellos, Paro, Grillo, Lima e outros, as quais contemplam uma reflexão crítica mais ampla sobre a avaliação escolar, apontando propostas alternativas, surgidas a partir de 1978, com o intuito de discutir e aprofundar a abordagem qualitativa para a avaliação.

De acordo com Luckesi,

a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio da aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos de conhecimentos necessários. Desse modo, a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem (LUCKESI, 2000, p. 81).

Mais adiante, o autor reforça que

A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então e só então, ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário (LUCKESI, 2000, p. 172).

Sob esta perspectiva Hoffmann propõe uma concepção mediadora de avaliação, na qual a concebe como um

processo de permanente troca de mensagens e de significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e de confronto de ideias entre educador e educando em busca de patamares qualitativamente superiores de saber (HOFFMANN, 2009, p. 76).

Por meio do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, implementou estudos, debates e reflexões junto à Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e Federação Estadual das Instituições de Reabilitação do Estado do Paraná, o que culminou na elaboração de uma proposta de ajustes na organização das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, a qual foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, em abril de 2014.

De acordo com a referida proposta,

Um grupo minoritário de educandos apresenta grande problema sensório-motor e de comunicação com o meio. Esses educandos são dependentes de outras pessoas em quase todas as funções e atividades, pois apresentam desenvolvimento neuropsicomotor com comprometimentos gravíssimos (PARANÁ, 2014, p. 29).

Face ao exposto, entendemos a necessidade de considerar as características de cada um dos alunos que apresenta deficiência intelectual significativa, revendo as práticas pedagógicas desenvolvidas com os mesmos e, numa relação de interdependência, as concepções e práticas de avaliação entendendo que

A avaliação e o planejamento são atividades inseparáveis; formam um processo único, no qual devem ser definidos os objetivos, os conteúdos, as estratégias de ensino, os critérios e as formas de avaliar (DEPRESBÍTERIS, 1989, p 163).

Conforme descrito anteriormente, ao nos referirmos ao aluno com deficiência intelectual significativa, estamos falando daquele sujeito que, quando expressa oralmente, o faz com pouca contextualização, repetição de palavras, palavras isoladas ou não expressam nenhuma comunicação verbal e, às vezes, não verbal, além de apresentar prejuízos importantes em outros aspectos do desenvolvimento.

Baseado na mudança de concepção sobre deficiência intelectual, Cool, Marchesi e Palácios (2004), afirmam que os alunos que apresentam tais características, requerem apoios intensos e contínuos.

A avaliação seria realizada, nesse contexto, tendo as características dos respectivos alunos como ponto de partida, sendo necessário, portanto, conhecê-los de forma integral, ou seja, suas dificuldades, necessidades, possibilidades, interesses, relações interpessoais e desenvolvimento.

Fica evidente, portanto, que

[...] tanto a avaliação como o ensino precisam ser mudados e, como ambos estão inter-relacionados, qualquer mudança em um deles deve obrigatoriamente levar em conta essa múltipla dependência (PARO, 2003, p. 49).

Grillo e Lima (2003) também consideram como uma totalidade os três constituintes da ação pedagógica: o ensino, a aprendizagem e a avaliação e complementam que

Tratar deste tema implica revisitar antigas questões que, com algumas modificações, permanecem contemporâneas pelas interfaces estabelecidas com novos questionamentos. Isso dá à avaliação caráter de atualidade e de dinamicidade, pois, no movimento de expansão de sua abrangência, ela acolhe outras indagações e compõe novos quadros caleidoscópicos, constituindo terreno fértil para a continuidade ou o aprofundamento de estudos (GRILLO, LIMA, 2003, p.15).

Grillo (2003) defende que a avaliação é resultado da opção teórico-metodológica assumida pelo docente, decorrente de sua história ao longo do tempo. Para a autora, as concepções do professor determinam sua forma de

avaliar.

Nessa perspectiva, a teoria discutida nos alerta que

[...] a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica numa reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos (VASCONCELLOS, 1994. p. 43).

Para o respectivo autor, a avaliação é um elemento que deve ser estudado com muito critério, haja vista seus desdobramentos. Ressalta que, para mudá-la, é necessário mudar muita coisa na escola.

Ao realizar a avaliação do aluno com deficiência intelectual significativa, de caráter prolongado, na escola de educação básica, modalidade educação especial, o professor reúne as informações acerca do desempenho do aluno, em determinado período, nos diversos ambientes, considerando os diferentes aspectos do desenvolvimento, avaliando, desse modo, suas atividades, atitudes e comportamentos, continuamente, e tais informações são registradas em relatório.

Em seu texto “A base ética da aprendizagem na escola”, Luckesi aborda a avaliação como um subsídio a ação, com vistas a um melhor resultado, enfatizando que a avaliação escolar está para a qualidade da aprendizagem.

Entretanto, ressalta que não é suficiente, ao professor, garantir suporte cognitivo ao aluno, mas ter atos regidos por uma ética, acolhendo-o em suas necessidades atuais para favorecer sua autonomia na vida adulta.

Considerando os desafios enfrentados pelos professores, já relatados anteriormente, em relação à avaliação dos educandos citados, vale destacar que a nova definição de deficiência intelectual sugere a compreensão da deficiência como uma interação entre o funcionamento intelectual e as suas relações com o contexto social, ou seja, as limitações da pessoa passaram a ser consideradas limitações do contexto social, o que requer da escola condições para que o aluno se desenvolva de forma global ao invés de responder a objetivos limitados.

Isso remete, afirma Bezerra (2011), a uma classificação destes indivíduos conforme a intensidade dos apoios que necessitam: limitados,

intermitentes, extensos e pervasivos ou generalizados. Para tanto, a deficiência intelectual é compreendida pelas interações que este venha a estabelecer com o ambiente. A intensidade do apoio passa a ser vista a partir das necessidades apresentadas pelas pessoas com deficiência intelectual (BEZERRA, 2011, p. 14).

Vigotsky também enfatiza o papel do contexto, nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, enfatiza que o desenvolvimento das habilidades intelectuais ocorre a partir das relações recíprocas do sujeito com os contextos, ressaltando as relações entre a cultura e as interações sociais com o desempenho da pessoa. O autor assim discorre:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social, e sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (VIGOTSKY, 1989, p. 33).

A avaliação pedagógica, a partir do exposto, deve ter como objetivo promover o desenvolvimento cognitivo e as habilidades de comportamento adaptativo do aluno, visando aumentar sua funcionalidade, desenvolvendo sua autonomia em diferentes contextos, seja no ambiente familiar, escolar ou comunitário.

Partindo desse pressuposto

Não há sentido em valorizar os pontos de chegada, porque são sempre pontos de passagem, provisórios. O importante é apontar os rumos do caminho, ajustar os passos ao esforço necessário, torná-lo tão “sedutor” a ponto de aguçar a curiosidade do aprendiz para o que está por vir (HOFFMANN, 2009, p.43).

É imprescindível, portanto, considerar o processo, avaliar os avanços do aluno no decorrer do percurso, as suas dificuldades, bem como aquilo que lhe será útil, funcional, que possa oportunizar o desenvolvimento necessário à sua autonomia, melhorando sua qualidade de vida em todos os ambientes. Tais informações serão tomadas como base para o planejamento de estratégias, de alternativas viáveis às intervenções futuras, com o aluno que apresenta

deficiência intelectual significativa.

Segundo Bezerra (2011, p. 15), de acordo com o “modelo teórico multidimensional” da AADID, o desempenho do indivíduo está relacionado, além do contexto e sistemas de apoio, às dimensões das habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, participação, interações e papéis sociais, saúde e contextos.

Partindo desse contexto, a avaliação assume um caráter multidimensional, cujo objetivo é centrar-se nas características da pessoa com deficiência, suas dificuldades e capacidades, a partir da sua interação com os contextos de seu desenvolvimento. Com base nos resultados, são delineados os apoios de que a pessoa necessita.

Importante destacar que

[...] é essencial estabelecer a relação entre os conteúdos que se pretende ensinar, o objetivo para este ensino, a forma de sistematização destes conteúdos, para então, estabelecer instrumentos e critérios de avaliação claros e específicos que serão utilizados no processo avaliativo (BATISTA, 2008, p.1).

Consideramos que a avaliação dos alunos da escola de educação básica, modalidade educação especial, mais especificamente dos educandos com deficiência intelectual acentuada, apesar de não se reportar a números que expressem a nota, deve estar relacionada aos objetivos traçados, com vistas ao sucesso dos mesmos, aperfeiçoando o processo de ensino e aprendizagem que, conforme Hoffmann (2001) consiste em uma reflexão que tem por função oportunizar a análise da prática pedagógica realizada, estando em prol da aprendizagem dos alunos.

Quanto à avaliação da aprendizagem, os aspectos visados devem ser: especificação de forma clara do que será avaliado, com que estratégias e com quais critérios; adequação de técnicas e instrumentos apropriados; possibilidade de propiciar autoavaliação por parte do aluno; incentivo constante à reflexão e melhoria. Certamente, neste contexto, o planejamento do ensino e a avaliação da aprendizagem serão vistos como auxiliares do professor e, não como atividades burocráticas formais (DEPRESBÍTERIS, 1998, p. 171).

Vale salientar que critérios de avaliação, constituem-se nos indicadores para o parecer descritivo do aluno, realizado semestralmente nas

escolas de educação básica, na modalidade educação especial, para o “Relatório Descritivo de Acompanhamento Pedagógico”.

O professor normalmente espera sugestões, propostas, orientações para a sua tão desafiadora prática; muitos gostariam de algumas “receitas”, sabemos, no entanto, que estas não existem, dada a complexidade da tarefa educativa (VASCONCELLOS, 1998, p. 12).

Essas considerações apontam que é absolutamente necessário reconfigurar as práticas pedagógicas já desenvolvidas para que respondam positivamente às características dos educandos que apresentam deficiência intelectual significativa com vistas à efetiva inclusão escolar destes, oferecendo-os uma educação com o máximo de qualidade. Nesta tarefa, o professor tem papel fundamental.

Enfim,

A participação de grupos na luta por direitos, inclusive da população com necessidades especiais, das pessoas com deficiências, coloca a questão da acessibilidade em evidência; direito inerente ao ser humano e dever da sociedade de oferecer, a todas as pessoas, meios para participar do cotidiano da vida, eliminando barreiras de qualquer ordem, sejam as mais visíveis como barreiras arquitetônicas, adaptando materiais, instrumentos, modificando metodologias e processos, sejam barreiras mais subjetivas como as atitudinais (CONEGLIAN, 2005, p. 134).

O PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E O GRUPO DE TRABALHO EM REDE

O desenvolvimento do trabalho aqui apresentado partiu do levantamento das dificuldades enfrentadas pelos professores na condução da avaliação dos alunos descritos no decorrer deste artigo.

A partir dos fundamentos teóricos selecionados e estudados, de forma contínua e sistemática durante a participação no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), foi elaborado o “Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola”, delineando as ações a serem implementadas na escola, o qual culminou na “Produção Didático-Pedagógica”, documento constituído de uma profunda fundamentação teórica e de novas alternativas de ação e intervenção na realidade escolar.

As atividades planejadas foram desenvolvidas com os professores da escola de educação básica na modalidade educação especial de minha atuação, por meio do diagnóstico da realidade, levantamento de concepções iniciais, leitura de textos sobre o tema, exibição de vídeos, aplicação de atividades práticas em sala de aula, discussão dirigida e elaboração de intervenções na realidade.

Inicialmente, foi aplicado um questionário aos professores de todas as turmas, com questões abertas, solicitando o seguinte: que conceituassem avaliação, avaliação educacional e deficiência intelectual; descrevessem sobre a função da avaliação da aprendizagem, sobre os desafios em realizar a avaliação dos alunos com deficiência intelectual significativa, como é realizada ou acreditam que deveria ser realizada essa avaliação; se percebem a necessidade de uma reestruturação na forma de avaliação direcionada a tais alunos e como poderia ser.

Na sequência, foram desenvolvidas as leituras de textos e vídeos, acompanhados de reflexões e discussões no sentido de estimular a análise sobre a prática cotidiana, nossa realidade, nossos educandos.

Dentre as concepções de avaliação constatadas através da investigação inicial, predominou a concepção de avaliação diagnóstica, com o intuito de indicar novos rumos no processo de ensino e aprendizagem, conforme podemos constatar nas colocações das professoras, relatadas a seguir:

“avaliação é um processo sistematizado que busca nortear objetivos estabelecidos permitindo novos redimensionamentos. Tem como função identificar se o processo de aprendizagem foi efetivado, permitindo diagnosticar a ação formativa, tendo em vista o progresso de cada aluno.” (Professora A). “A avaliação é uma importante ferramenta a serviço da aprendizagem pois pode determinar os aspectos a serem retomados e os possíveis avanços. Acredito que toda avaliação deva prestar-se ao diagnóstico do quanto o aluno desenvolveu sua capacidade e seu conhecimento. Tem a função de diagnosticar, avaliando não somente o aluno, mas também, a prática docente, com o objetivo de retomar e reestruturar os encaminhamentos” (Professora B). “A avaliação tem a função de apontar as dificuldades ou avanços dos avaliados para que o avaliador possa planejar a retomada, aprofundamento ou a continuidade dos estudos” (Professora C). “É através dela que vão sendo comparados os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos, conforme os objetivos propostos, a fim de verificar progressos e dificuldades e orientar o trabalho, para as correções necessárias” (Professora D).

De acordo com o exposto, a avaliação é concebida também, por estes docentes, como instrumento para avaliar o desempenho do aluno e o trabalho desenvolvido pelo professor.

Dando sequência à investigação, os docentes relataram sobre os desafios que encontram ao realizar a avaliação dos educandos com deficiência intelectual significativa:

“Muitos são os desafios, partindo da premissa que propor uma aprendizagem nessa ótica já é, então, analisar o que, como e quando” (Professora A). “É difícil se chegar a um diagnóstico preciso, pela dificuldade de interpretação e de comunicação que eles possuem e o tipo de atividade a ser aplicada, pensando em melhor atingi-los” (Professora B). “O desafio de tal avaliação é grandioso, visto que avaliar já não é tarefa fácil. Temos o desafio de descobrir as potencialidades desses alunos, pois este é o diferencial, trabalhar e valorizar dentro do que é possível, diante da limitação” (Professora C). “O grande desafio é o reconhecimento dos avanços dos alunos em relação aos conteúdos e também está no planejamento de recursos de acessibilidade que devem ser colocados à disposição destes para que possam aprender com equiparação de oportunidades, garantindo as adaptações necessárias” (Professora D).

Tais considerações constituem-se em uma amostra da pesquisa realizada, as quais denotam que, entre professores, há um consenso de que a avaliação está intimamente relacionada aos demais elementos do currículo, ou seja, aos objetivos, recursos, conteúdos e encaminhamentos metodológicos, assim como está direcionada à mediação e não simplesmente ao diagnóstico e à classificação.

Nestas, a prática da avaliação apresenta um caráter contínuo. Implica na análise do resultado, a partir da reflexão sobre o processo, encaminhando o professor para uma autoavaliação. É uma reorientação do seu trabalho, uma vez que auxilia a tomada de decisão necessária para a superação das fragilidades constatadas.

No que se refere à avaliação dos educandos que possuem incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, os professores consideram um processo complexo já que as características desse alunado dificultam a avaliação pedagógica, bem como o planejamento das adequações ou adaptações que necessita.

Ao discutir, coletivamente, as práticas de avaliação do grupo de

professores, revelando as concepções acerca de como, o que, para que e quando avaliar, foram analisadas atividades avaliativas, expondo os objetivos destas, procedimentos e instrumentos, demonstrando todo o contexto da avaliação realizada.

As elaborações conceituais realizadas a partir dessa discussão podem subsidiar o nosso trabalho pedagógico com o educando que apresenta deficiência intelectual significativa, uma vez que foi realizada uma leitura crítica da prática docente.

Da análise realizada no coletivo escolar, sobre como esta vem sendo ou deveria ser realizada, conclui-se que a avaliação ocorre a partir de atividades úteis, dinâmicas, conforme a especificidade de cada um.

“com olhar diferenciado a cada um deles. Apego-me no que evoluiu desde a avaliação anterior, mesmo que demonstre pouco avanço - característica desse alunado - procuro valorizá-lo e motivá-lo” (Professora A).

Da participação das cursistas no Grupo de Trabalho em Rede (GTR) foi possível, dentre tantas considerações, extrair a seguinte para ilustrar tal argumento.

Em se tratando de aluno com deficiência intelectual significativa, os professores precisam ampliar seu mundo de ação e de reflexão, ultrapassando os limites da sala de aula, transcendendo para um espaço de análise do sentido político, cultural e econômico, cujo contexto a escola se insere... (Professora B).

Concebemos, portanto, a avaliação funcional como a mais adequada, por estar relacionada à avaliação multidimensional, ou seja, por considerar os contextos. De igual modo, destacamos a necessidade de sistemas de apoio adequados, com a finalidade de desenvolver a autonomia do educando a partir de um currículo funcional.

Durante os encontros de implementação do respectivo projeto na escola, foram abordados os aspectos fundamentais das principais abordagens explicativas do desenvolvimento psicológico humano através da leitura “As teorias do desenvolvimento humano” contida na obra “Prática pedagógica e necessidades educacionais especiais: a relação diádica em sala de aula”

(GARCIA, 2005). Trata-se de aspectos que podem interferir, de forma direta, em nossa prática avaliativa.

De acordo com o texto citado, devemos compreender o processo de avaliação a partir da concepção de desenvolvimento humano.

Vale-nos refletir, então, sobre os contextos, relações interpessoais e características individuais para definir qual o objetivo da avaliação realizada com os alunos que apresentam deficiência intelectual significativa, o que levar em conta e como proceder.

Nessa mesma perspectiva, os docentes afirmaram que

“Precisamos pensar em como aproveitar o que estes alunos sabem, do seu dia-a-dia, para a aprendizagem acadêmica. Para isto, do meu ponto de vista, é necessário refletir minha ação enquanto professora e observar o contexto onde a aprendizagem ocorre” (Professora A). “A avaliação do aluno com deficiência intelectual, precisa ser bem criteriosa sendo necessário conhecer o aluno, analisar os canais de aprendizagem e estabelecer os objetivos e metodologias, com recursos que venham de encontro com sua especificidade” (Professora B). “Sabemos que cada aluno tem uma limitação diferente. Compete ao professor conhecer essas limitações, para que possa trabalhar de forma que facilite o processo de aprendizado” (Professora C).

Com base nos resultados obtidos, são delineados os apoios de que o educando necessita.

Vale ressaltar que refletir sobre medidas de mediação, para alunos com deficiência intelectual significativa, implica, acima de tudo, uma reflexão sobre os procedimentos de identificação e avaliação, uma vez que estes condicionam a tomada de decisão sobre a intervenção eficaz a cada aluno, peculiar em sua subjetividade, suas necessidades e possibilidades.

Fica evidente que devemos considerar o “estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem” (LUCKESI, 1995, p. 81).

Sob este ponto de vista, merecem destaque as considerações realizadas por uma docente, conforme segue:

“Qualquer atividade pode e deve ser avaliada, um estudo, uma análise de texto, por exemplo, desde que atenda aos objetivos e critérios claros, como e porque está sendo realizada determinada

tarefa, qual o significado para o aluno” (Professora A).

Nesse sentido, os critérios de avaliação constituem-se em via para se acompanhar o processo de aprendizagem, revendo os objetivos. Os critérios subsidiam o encaminhamento dos conteúdos a partir da intenção que se tem.

“Para o desenvolvimento de uma avaliação coerente é necessária uma diversidade de instrumentos que realmente façam o levantamento das aprendizagens construídas (...). Exige muito envolvimento por parte do professor. Exige-lhe uma disponibilidade de tempo, que vai além do dispensado no momento das aulas, pois, entre suas atividades, passa a ser necessária a construção de um registro sobre cada aluno e a atualização desse registro sempre que novos dados surgirem” (Professora A).

Desse modo, a reflexão e a socialização das concepções dos docentes ocorreu em relação à seguinte questão: Que correlações podem ser estabelecidas entre conteúdos, metodologia, instrumentos, recursos, objetivos e critérios de avaliação?

Para responder a essa questão, foram revistos os critérios de avaliação elencados no Plano de Trabalho Docente ao trabalhar com os alunos que apresentam deficiência intelectual significativa. Foram colocados em análise os objetivos elaborados para esse público, instrumentos adotados e recursos de avaliação utilizados, levando em conta que o referido documento constitui-se em um instrumento de trabalho flexível, que organiza o ensino e a aprendizagem, com vistas ao progresso do aluno, à superação das suas dificuldades.

Nessa perspectiva, houve acréscimo, supressão, enfim, adaptação dos respectivos critérios, com revisão dos objetivos, recursos e instrumentos de avaliação relacionados, considerando que, ao realizar alterações em um dos componentes do currículo, os demais tornam-se passíveis de alterações, por serem elementos interdependentes. Como subsídio, alguns materiais foram disponibilizados para pesquisa e aprofundamento.

A que conclusão podemos chegar? Que alterações foram necessárias ao consideramos uma avaliação significativa, diagnóstica, processual, oportunizando a identificação dos avanços, das dificuldades e possibilidades para a tomada de decisões?

Por fim, a participação deste coletivo de professores, com a contribuição dos autores referenciados neste trabalho, propôs-se a refletir sobre a avaliação em nossa prática pedagógica, oportunizando leituras e revendo práticas, através da implementação do projeto de intervenção na realidade escolar e discussões e sugestões obtidas no Grupo de Trabalho em Rede- GTR, reconstruindo caminhos e promovendo avanços na busca da qualidade da educação, que passa necessariamente pelo estudo, reflexão e tomada de decisão.

Houve a coerência entre o discurso e a prática, pelo reconhecimento crítico da realidade. A formação do professor PDE bem como o material didático produzido durante os estudos serviram de subsídio de reflexão diante de nossa fragilidade ao realizar a avaliação, por apresentar fundamentos teóricos e princípios didático- metodológicos que orientam a práxis educativa para a qual nos propomos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do presente trabalho era proporcionar um espaço de discussão sobre as concepções acerca da avaliação, no intuito de analisar diferentes estratégias de avaliação e sistematização de resultados, na busca pelo aperfeiçoamento da prática pedagógica, com vistas ao desenvolvimento integral dos educandos que apresentam deficiência intelectual significativa, matriculados em escolas de educação básica na modalidade educação especial.

Ao encerrar os estudos e discussões realizadas durante a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na escola e o Grupo de Trabalho em Rede (GTR), constatamos a complexidade e abrangência da avaliação escolar.

No decorrer do trabalho reforçou-se a ideia de que a avaliação realizada, sobretudo com os respectivos educandos, deve ser melhor refletida.

Constatamos que isso já vem ocorrendo, mas que há, ainda, a necessidade de estudos constantes, considerando suas especificidades.

Apenas conhecer não é suficiente. É na prática avaliativa que as mudanças devem se efetivar, com vistas à compreensão do processo de

aprendizagem.

Identificamos que os autores estudados dedicam-se a discutir questões ligadas à avaliação qualitativa do ensino, o caráter contínuo, diagnóstico, formador, transformador, mediador, formativo.

As características citadas foram identificadas de forma convergente pelo grupo de participantes, tanto na implementação do projeto de intervenção como no Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

Tais evidências indicam que há um consenso de que para realizar a avaliação dos educandos que apresentam deficiência intelectual com grandes comprometimentos, há de considerar não apenas o aspecto cognitivo, mas, sobretudo, o social, o afetivo, seus interesses, motivações, história de vida, seus diferentes contextos e relações, apontando na direção da construção de maior autonomia do educando.

Ao invés de focar a atenção exclusivamente no educando, em sua classificação, no produto, fica evidente que a avaliação deve centrar-se nas variáveis do processo, com destaque à necessidade de analisar as mediações presentes no ato avaliativo, o que implica em constante observação dos educandos no máximo de ambientes possível, com a finalidade de constatar em que situação ocorre sua necessidade, como o mesmo comporta-se, que características revela quanto aos aspectos da autonomia (mobilidade, comunicação, interação, cognição, dentre outros), quais objetivos não foram alcançados e que intervenções são necessárias.

Nessa perspectiva, a avaliação tem o objetivo de proporcionar informações necessárias para sabermos em que nível o educando se encontra, como construiu seu aprendizado, como aconteceu e por que, como podemos intervir com vistas à promoção do mesmo para um estágio mais avançado.

De acordo com o discutido, para que nossa prática avaliativa possa ser redimensionada, tornando-se adequada e justa e, porque não dizer, desejável, é de extrema importância a criação de espaços coletivos de reflexão, onde professores e equipe pedagógica, se necessário com toda equipe multiprofissional, dediquem-se a analisar o fazer pedagógico, promovendo, assim, o acompanhamento, a avaliação e elaboração de medidas de mediação com vistas à adequação de ações, na concretização do nosso projeto educacional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. M. P. **Produção didática PDE**. Rede Estadual de Educação. Paraná, 2008.

BEZERRA, Sérgio Sampaio (Org.) **Inclusão social da pessoa com deficiência intelectual e múltipla**: trabalho, emprego e renda. Federação Nacional das Apaes. Brasília, 2000.

BRASIL. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: alunos com necessidades educacionais especiais. Projeto Escola Viva. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2000.

CONEGLIAN, A. L. O. **O papel da língua de sinais na educação do surdo**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

COOL, C.; MARCHESI, A.; Palácios, J. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Artmed, Porto Alegre, 2004.

DEPRESBITERIS, L.. **Avaliação da aprendizagem do ponto de vista técnico-científico e filosófico-político**. Série Ideias n. 8. São Paulo: FDE, 1998.

_____. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

GARCIA, Valéria Paiva Casasanta. **Práticas pedagógicas e necessidades educacionais especiais**: a relação diádica em sala de aula. Dissertação apresentada ao (Psicologia da Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em:
<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp013837.pdf>. Acesso em: 15/dez/2015

GRILLO, Marlene C.; LIMA, Rosário, Valderez M. Especificidades da avaliação que convêm conhecer. In. **Por que falar ainda em avaliação?** GRILLO, Marlene Corroero; GESSINGER, Rosana Maria; FREITAS, Ana Lúcia S. et al. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em:
<http://www.pucrs.br/edipucrs/porquefalaraindaemavaliacao.pdf> Acesso em: 15 dez. 2015.

GRILLO, Marlene C. Avaliação ainda? In. ENRICONE, D.; Grillo, Marlene C.; HERNANDES, I. R. **Ensino, revisão crítica**. Porto Alegre: Sagra, 1988.

GRILLO, Marlene C.. **Práticas docentes e referenciais norteadores**. Mimeo. PUCRS. Porto Alegre: 2002.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico- crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtivista em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1991.

_____. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A base ética da avaliação da aprendizagem na escola**. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/textos/avaliacao_base_etica.doc Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

PARANÁ. **Organização Administrativa e Pedagógica das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial**. SEED/ DEEIN. Curitiba, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar**: renúncia à educação. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação** – do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998.

_____. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.